

**HABEAS CORPUS Nº 570.296 - MA (2020/0078862-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : DANIEL SANTOS FERNANDES  
**ADVOGADOS** : RODOLFO AUGUSTO FERNANDES - MA012660  
DANIEL SANTOS FERNANDES - SP352447  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**PACIENTE** : RENATO ALMEIDA PESTANA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENATO ALMEIDA PESTANA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Maranhão.

Da leitura dos autos, consta que o paciente está preso preventivamente desde agosto de 2018 pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e o previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/13. Foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem para que seja revogada a prisão preventiva sob alegação de excesso de prazo na formação da culpa e da ausência dos requisitos que autorizam a prisão cautelar. O pedido liminar foi indeferido pelo relator.

O impetrante requer, sob alegação de excesso de prazo na formação da culpa e em razão da pandemia de coronavírus, a revogação da prisão preventiva ou sua substituição por prisão domiciliar.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM

# Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente